

# Ulysses discute com Quéricia o mandato de quatro anos

Da Reportagem Local



O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, tem um encontro marcado para hoje às 16h no Palácio dos Bandeirantes com o governador de São Paulo, Orestes Quéricia (PMDB). Segundo assessores do governador, o objetivo da reunião — já colocado em pauta — é discutir o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e os trabalhos constituintes.

O encontro foi pedido antes do Carnaval por Ulysses. O presidente do Congresso constituinte deu indícios na semana passada de que deve passar a apoiar os quatro anos para Sarney. Num encontro com jornalistas em Brasília defendeu que as eleições sejam encaradas como "solução" e não como "problema". Não chegou a falar abertamente em favor de um mandato de quatro anos.

Um dos fatores que estariam influenciando Ulysses para se definir pelo mandato de quatro anos seria o apoio da maioria dos parlamentares do PMDB a esta tese. Dos 28 integrantes da bancada paulista

do partido no Congresso constituinte, por exemplo, 19 já seriam quatroanistas.

## Rapidez na votação

Roberto Rollemberg, coordenador da bancada paulista do PMDB na Câmara e "cincoanista por enquanto", disse ontem ter conversado com Ulysses na semana passada. O presidente do partido teria afirmado que iria fazer um balanço da situação do país com o governador de São Paulo.

Rollemberg disse ser "difícil para o deputado Ulysses Guimarães se manifestar publicamente pelos quatro anos, uma vez que essa posição

poderia atrapalhar o relacionamento com os diferentes grupos do Congresso constituinte". Disse ainda que "essa atitude de Ulysses está garantindo a rapidez na votação da nova Constituição".

Quéricia irá amanhã a Brasília para se reunir com os ministros Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e Hugo Napoleão, da Educação. O objetivo é conversar sobre os programas paulistas nas respectivas áreas. O governador viaja acompanhado dos secretários estaduais de Obras, João Oswaldo Leiva, da Educação, Chopin Tavares de Lima, e dos Transportes, Walter Nory.



Ulysses e Quéricia (durante coletiva no Palácio dos Bandeirantes, em janeiro)

## Deputado prefere nada falar durante Carnaval

Do enviado especial ao Guarujá

O deputado Ulysses Guimarães foi localizado ontem às 16h pela Folha almoçando no restaurante Dalmo Bárbaro, no Guarujá (87 km a sudeste de São Paulo), mas não quis conceder entrevista. Ulysses passou o Carnaval na casa de um amigo no condomínio Iporanga, também no Guarujá.

O presidente do PMDB estava acompanhado no almoço por sua mulher Mora e mais quatro amigos. Trajando um calção xadrez verde e uma camisa branca, Ulysses se surpreendeu com a chegada do repórter. Um dos presentes chegou a dizer: "Nossa, como vocês nos descobriram aqui?" O deputado disse imediatamente que não iria dar entrevista. As perguntas eram interrompidas por sua mulher, que afirmava: "Pode publicar que eu o proibi de falar."

Ulysses repetiu que estava "desatualizado" e que não falaria de jeito nenhum. Apenas confirmou seu encontro hoje com o governador Orestes Quéricia no Palácio dos Bandeirantes. "Ai eu posso falar."



Pimenta da Veiga (PMDB-MG)

## Plenário votará sigilo de documentos oficiais

Da Sucursal de Brasília

O plenário do Congresso constituinte deverá votar amanhã ou sexta-feira a emenda do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) que torna públicos os documentos oficiais a partir de 30 anos de sua produção. A emenda é defendida pela liderança do PMDB e pelos partidos de esquerda, mas encontra resistências no Centrão. Segundo um dos coordenadores do grupo, deputado José Lins (PFL-CE), a maioria dos seus integrantes é contra.

Pimenta da Veiga considera "ridículo" o fato de documentos relativos ao Movimento de 1964 serem sigilosos no Brasil "quando sabemos que muitos deles, arquivados em bibliotecas estrangeiras, podem ser adquiridos livremente ao custo de uma cópia". Segundo ele, "há também um grande prejuízo para o estudo e a exata compreensão de nossa história, além de que todos os atos produzidos por autoridades públicas devem ser conhecidos por seus contemporâneos como forma de gerar responsabilidade".

O deputado José Lins não chegou a especificar um prazo ideal para que os documentos deixassem de ser sigilosos. Afirmou apenas que "deveria ser maior do que este". Citando o exemplo da Guerra do Paraguai (1864/70), disse que se sabe da existência de "questões que poderiam criar animosidade entre o Brasil e uma nação amiga". Lins disse que o ideal seria se estabelecesse uma classificação onde os prazos variassem de acordo com os interesses do país havendo casos em que os documentos nunca se tornassem públicos.

O deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB na Câmara e outro coordenador do Centrão, disse que pessoalmente defende apenas a divulgação de documentos que não provoquem riscos à segurança nacional ou aos interesses do Estado. Citou como "mera hipótese" a anexação do Acre ao Brasil (1903). "Digamos que os documentos revelassem uma irregularidade qualquer. A divulgação teria um impacto internacional, gerando problemas entre o Brasil e a Bolívia quanto ao domínio da região", disse ele. Righi disse ainda que em 30 anos uma pessoa não encerra sua carreira. "Se após este prazo for divulgado um documento que compromete determinada pessoa, ela estará pagando por um crime que já prescreveu", acrescentou.

A emenda de Pimenta seria colocada em votação no Congresso constituinte na última sessão na quinta-feira mas o deputado retirou sua preferência para evitar a provável rejeição da proposta. Ela precisava de 280 votos favoráveis e estavam presentes apenas 320 (de um total de 559) parlamentares no plenário. A emenda será apreciada pela ordem de chegada, o que ocorrerá antes do término da votação do artigo 6º, previsto para as duas próximas sessões.